

QUESTÕES E DILEMAS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS¹

Idelsuite de Sousa Lima²

O livro *Políticas Educacionais: questões e dilemas*, organizado por Stephen J. Ball e Jefferson Mainardes, publicado pela Editora Cortez, tematiza sobre educação e currículo. A obra concentra-se em temas que fazem alusão à pesquisa em políticas educacionais e os capítulos expressam, de forma preponderante, as contribuições do contexto do Reino Unido para esse campo de conhecimento.

A coletânea de textos organizada pelos pesquisadores Stephen J. Ball e Jefferson Mainardes reúne uma dezena de artigos elaborados por autores brasileiros e estrangeiros. A obra é composta por dois blocos: no primeiro bloco os textos abordam discussões teórico-metodológicas que podem ser utilizadas em pesquisas sobre políticas educacionais e, o segundo bloco contempla algumas pesquisas que foram realizadas no campo das políticas educacionais e curriculares, tanto no Brasil como na Grã-Bretanha.

Os organizadores são reconhecidos pesquisadores do campo das políticas educacionais. Stephen J. Ball é professor da Universidade de Londres, na Inglaterra e o professor Jefferson Mainardes, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Paraná, Brasil, ambos com uma produção acadêmica bastante ampla sobre a temática em foco, inclusive com inúmeros textos publicados no Brasil.

Trata-se de uma coletânea com uma dezena de artigos, sendo sete deles traduzidos do Reino Unido, apresentando uma amostra das discussões realizadas sobre políticas naquele contexto. Os demais artigos são de autores brasileiros e um argentino, cujas pesquisas no campo das políticas educacionais mantêm como base de interlocução o referencial britânico, inclusive com os autores dos textos que compõem o livro. A intenção da obra é fomentar a discussão em torno de referenciais analíticos, no sentido de possibilitar maior clareza acerca do posicionamento teórico e o enfoque metodológico para análise das políticas educacionais.

Os autores dos textos discutem a relação macro e micro nas pesquisas em políticas educacionais e curriculares, o papel da teorização nos estudos das políticas, os discursos dos textos políticos e novas abordagens teórico-metodológicas na pesquisa sobre análises de políticas. Destacam o avanço qualitativo do panorama teórico e empírico da análise de políticas e confirmam a relevância bastante salutar da ampliação da interlocução com a literatura internacional.

Os autores britânicos revelam que os estudos sobre políticas educacionais no Reino Unido são produzidos numa perspectiva sociológica, o que significa que conceitos do campo da Sociologia são utilizados em investigações sobre políticas. Inferem que as políticas educacionais têm sido compreendidas como mercadorias, aproximando-se de uma tendência global da inserção da lógica do mercado no âmbito educacional. Seguindo uma perspectiva teórica de desconstrução, os autores dos textos focalizam a fluidez da circulação das políticas, dos discursos e das novas narrativas, enfatizando que as políticas podem ser poderosas

¹ Resenha do livro 'Políticas educacionais: questões e dilemas', organizado por Stephen J. Ball e Jefferson Mainardes (São Paulo: Cortez, 2011).

² Professora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

instrumentos de retórica. Destacam que a política não pode ser pensada nos limites dos Estados-nação, uma vez que esta circula e ramifica-se para além das fronteiras nacionais.

Um aspecto importante que caracteriza os textos da presente obra refere-se à noção de que a política é composta por processos que geram diferentes leituras e que podem estar relacionadas à organização das práticas e a alguns tipos de princípios dessas práticas. As políticas não são fixas e imutáveis, porque são sempre objeto de interpretações e traduções. Elas constituem-se de fluxos contínuos em um processo permanente de vir-a-ser.

A obra 'Políticas Educacionais: questões e dilemas' apresenta a seguinte forma de organização: os seis capítulos iniciais que compõem a parte I abordam aspectos relacionados aos fundamentos de análise das políticas, ou seja, tratam de questões teórico-metodológicas em relação à pesquisa de políticas educacionais. A segunda parte é composta por quatro capítulos produzidos a partir de investigações sobre políticas educacionais e curriculares.

Stephen J. Ball, no primeiro capítulo da obra, com o artigo intitulado "Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional" apresenta sua visão sobre as políticas educacionais e sobre as pesquisas em política educacional realizadas no Reino Unido. O autor divide o artigo em dois eixos de discussão, apresentando inicialmente as transformações que vêm ocorrendo no setor público e na sociedade civil, assim como a introdução de novas formas de regulação social em que a própria constituição da cidadania tem sido afetada. Considera substantiva a referida análise por entender que as mudanças que vem ocorrendo globalmente na educação, com alterações de diferentes enfoques, são perpassadas pelas modificações que vem ocorrendo no setor público.

Na segunda parte do texto, o autor questiona as análises binárias que tomam as políticas como claras e fixas, cujo binarismo desconsidera a permanente luta de sentidos que está em jogo. Na sua interpretação, essas análises negligenciam o processo histórico de constituição das políticas e desvinculam o espaço e tempo no qual emerge uma política. Ball focaliza a importância da 'abordagem da trajetória política' (pag 38), argumentando que tal investida constitui uma perspectiva crucial no desenvolvimento do processo de análise das políticas educacionais, uma vez que as fragilidades, evoluções e modificações das políticas podem ser captadas.

Na parte conclusiva do artigo, o autor destaca a importância de conectar as políticas educacionais à arena geral da política social (pág. 41), superar o isolamento teórico e incluir as pessoas nas políticas. Ele argumenta que é preciso romper com a visão predominante de que a política é algo que é 'feito' para as pessoas ou alguma coisa para ser 'implementada'. Ao contrário, defende que as políticas colocam problemas para seus sujeitos e que estes problemas precisam ser resolvidos no contexto e de forma criativa. O autor salienta que "as políticas normalmente não dizem o que fazer, elas criam circunstâncias" (pag.45), o que exige algum tipo de ação social criativa, de tradução e interpretação criadora. Destaca, por fim, que uma análise séria de políticas educacionais precisa estar atenta às multiplicidades e interfaces que apresentam, sem perder de vista a luta por justiça social.

O segundo capítulo, intitulado 'O detalhe e o macrocontexto: o uso da teoria centrada no Estado para explicar práticas e políticas educacionais', de autoria de Sally Power, versa sobre a relação macro e micro nas pesquisas em políticas educacionais. Discute "a utilidade da teoria marxista centrada no Estado para a explicação de processos locais" (pag. 54), tomando por base as formulações teóricas desenvolvidas por Jenny Ozga em uma pesquisa realizada no Reino Unido sobre a política GM Schools, em que argumentava que uma abordagem centrada no Estado poderia fornecer uma leitura mais potente da realidade das escolas.

Sally Power salienta a tensão permanente na construção de ferramentas teóricas analíticas indicadas para observar conexões entre macro e microcontextos focalizados sob o ponto de vista da análise estrutural. Em contraposição a essa assertiva Power realiza um estudo de caso em quatro escolas envolvidas na pesquisa sobre GM Schools e, a partir de análise dos fatores e experiências locais demonstra que o estudo do macrocontexto centrado no Estado foi insuficiente para captar os detalhes das escolas, tendo em vista a atuação dos sujeitos e os intervenientes locais.

A autora afirma que as formulações enunciadas por Ozga “oferecem poucos elementos para explicar processos locais” (pag.55) e, enfatiza que os estudos do macrocontexto, de certo modo, ignoram o poder dos sujeitos e dos contextos locais na mediação, tradução e ressignificação das políticas. Sally Power chama a atenção para a necessidade de superar a visão de que as análises macroanalíticas são superiores, como se estas detivessem o monopólio da teoria (pag.72). Reforça sua posição contrária a uma análise estadocêntrica verticalizada, por considerar a necessidade de esta ser complementada com investigações dos detalhes, dos microcontextos.

No artigo: “Intelectuais ou técnicos? o papel indispensável da teoria nos estudos educacionais”, Stephen J. Ball tece considerações em torno da produção acadêmica recente em circulação no Reino Unido e identifica nessa produção certa fragilidade teórica, o que, na visão do autor, concorre para um “estado desolador dos estudos educacionais”. Problematisa conceitos, relações e procedimentos desses trabalhos e considera de suma importância a defesa do desenvolvimento epistemológico, afirmando que a teoria ajuda a ‘pensar diferente’, cujo propósito é desfamiliarizar práticas e categorias vigentes e abrir espaços para inventar, recriar, construir novos caminhos, novas teorias.

Ball propõe o aprimoramento de estudos teóricos e a interlocução com outros campos, como forma de possibilitar uma compreensão crítica e reflexiva da realidade atual. Com esta assertiva o autor faz emergir um novo sentido sobre a teorização, em que convoca os intelectuais a reverem posições, a pensarem de outras maneiras, arriscando-se num tipo de teorização que vislumbra a complexidade, a incerteza, a dúvida, em um processo reflexivo sobre a própria produção e suas pretensões sobre o conhecimento social. Conclui o capítulo buscando responder à pergunta que dá título ao artigo ao conclamar os intelectuais para assumir uma nova postura, no sentido de “reinventar a nós mesmos como intelectuais e críticos culturais” (pág. 97).

Sharon Gewirtz e Alan Cribb, no capítulo quarto, denominado ‘O que fazer a respeito de valores na pesquisa social: o caso da reflexividade ética na Sociologia da Educação’ abordam questões em torno de posições valorativas envolvidas na pesquisa social. Referem-se ao dilema inerente aos pesquisadores que são os julgamentos e escolhas a “inevitavelmente enraizados em todo o trabalho sociológico ” (pág. 101), relacionadas com a interpretação de cada pesquisador a partir de suas lentes analíticas a respeito de quais questões devem ser consideradas proveitosas para a pesquisa. Para os autores esses posicionamentos nem sempre são deixados claros para os leitores.

A título de ilustração desses dilemas os autores tomam como exemplo duas análises distintas sobre uma temática que tem chamado a atenção nos debates educacionais no Reino Unido: o fraco desempenho escolar de alunos negros nas instituições escolares. A partir dessas análises os autores argumentam sobre as implicações políticas que os resultados de uma pesquisa podem gerar, uma vez que as pesquisas sociológicas estão necessariamente ligadas a questões éticas e políticas. Salientam que para alguns pesquisadores o desafio é buscar o máximo de neutralidade em suas análises, enquanto que outros defendem pesquisas com um posicionamento claro e politicamente comprometido. Defendem que uma das tarefas dos

sociólogos é envolver-se e contribuir com o mundo que está pesquisando e consideram que prestar atenção aos valores constitui um componente constante do rigor metodológico (pág.120)

Gewirtz e Cribb argumentam em favor de uma sociologia eticamente reflexiva (p. 115), o que, na opinião deles exige: a) ser explícito sobre os pressupostos que fundamentam a pesquisa; b) estar preparado para defender seus pressupostos e julgamentos valorativos; c) reconhecer e responder às tensões entre os diversos valores envolvidos na pesquisa; d) levar a sério os dilemas das pessoas pesquisadas; e) assumir a responsabilidade pelas implicações éticas e políticas das pesquisas.

Já o capítulo cinco, produzido também por Sharon Gewirtz e Alan Cribb, no artigo intitulado “Concepções plurais de justiça social: implicações para a sociologia das políticas” apresenta uma discussão focalizando a questão da justiça social, problematizando o sentido sobre o qual muitos estudiosos elaboram tal conceituação, uma vez que pesquisadores e sociólogos preocupados com a questão educacional utilizam-na como pano de fundo ou elemento condutor de grande parte de suas pesquisas.

Para Sharon Gewirtz e Alan Cribb, a despeito da realização de muitas pesquisas envolvendo o constructo da justiça social, nem sempre a utilização desse conceito é feita numa perspectiva reflexiva, sendo utilizado, muitas vezes, de forma simplificada, sem atentar para os diversos sentidos que o termo contempla.

Os autores levantam uma preocupação com as tendências que, de modo geral, são tomadas nas análises acerca da justiça social. A primeira tendência diz respeito à dificuldade de tratar das tensões que podem surgir entre as diversas facetas da justiça social, uma vez que, nem sempre elas são naturalmente convergentes. A segunda tendência é a que trata o trabalho de análise sociológica como algo que acontece à distância ou acima da prática, chamada de ‘crítica vinda de cima’ (124).

Os autores abordam a variedade de vertentes que permeiam o conceito de justiça social, destacando três facetas principais: distributiva, cultural e associacional. Defendem que os focos de tensão precisam ser reconhecidos e enfrentados, quer no interior de cada faceta ou entre diferentes facetas. Propõem a utilização de concepções plurais de justiça social, enfatizando o método do *equilíbrio reflexivo*, cujo objetivo é evitar julgamentos intuitivos e atingir o máximo de coerência, no sentido de valorizar o geral e o particular.

Como forma de contemplar as perspectivas analíticas defendidas, os autores apresentam a experiência da cidade de Porto Alegre, do Projeto Escola Cidadã, com base no artigo por Gandin e Apple (2002). Consideram tal experiência como um impacto duradouro de iniciativas de construção da justiça social em várias esferas da vida da população da cidade. Gewirtz e Cribb afirmam que esse é um exemplo potente de uma abordagem analítica que obteve muito sucesso ao transitar pelas diversas faces da justiça social, evidenciando suas contradições. Ao concluírem o artigo, os autores enfatizam a importância de, na análise sociológica das políticas, considerar perspectivas orientadas para a ação e para a crítica. Por fim, destacam que as práticas sociais precisam ser vistas como locais de justiça e não meramente como locais de injustiça.

Encerrando a primeira parte do livro, no sexto capítulo, denominado “Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos”, os pesquisadores Jefferson Mainardes, Márcia dos Santos Ferreira e César Tello apresentam um panorama dos principais enfoques teórico-metodológicos que têm sido utilizados para a análise de políticas

educacionais no âmbito internacional, destacando as contribuições e limitações de referenciais pós-estruturais e pluralistas.

Ao apresentarem um histórico do percurso da análise de políticas situam as perspectivas teóricas que respaldam as pesquisas educacionais, tanto as relacionadas à formulação de políticas, quanto àquelas que circunstanciam a análise do conteúdo das políticas. Fazem referência a diversos enfoques, sendo a primeira teoria apresentada, a *policy sciences*, na qual a orientação para a solução de problemas, a multidisciplinaridade e o caráter normativo ou orientado por valores configuram suas características principais.

Assinalam a importante discussão sobre produção de conhecimentos de/sobre políticas, destacando a necessidade de explicitar articulações entre as formas de saber, a concepção teoria-prática, bem como sobre o que denominam de 'analista simbólico', referindo-se às consequências éticas na realização de pesquisas sobre políticas, defendendo que tais análises não se limitem a legitimar ou intensificar situações, mas que busquem desvendá-las e problematizá-las.

Os autores alertam ainda para necessidade de explicitação do *posicionamento epistemológico*, do pesquisador, "o que levaria a um enriquecimento da análise das políticas educacionais e da epistemologia das políticas educacionais" (p.152). Afirmam que as discussões sobre referenciais analíticos e sobre fundamentos epistemológicos das pesquisas têm sido pouco exploradas pelos pesquisadores.

Mainardes, Santos Ferreira e Tello destacam contribuições e limites de alguns referenciais analíticos. Evidenciam, na perspectiva pós-estruturalista, a importância de analisar o discurso das políticas, referindo-se a Ball (1994) que propõe que as políticas educacionais sejam analisadas como texto e como discurso. Ressaltam que a perspectiva pluralista mantém aproximação com os fundamentos pós-estruturalistas e que, ao rechaçar algumas posições, desafia o pesquisador a compreender as implicações do referencial analítico que emprega. Consideram que as perspectivas pós-estruturalistas e pluralistas colocam desafios aos pesquisadores, mas permitem que estes possam empregar tais referenciais de forma mais densa e aprofundada (p.164). Os autores finalizam o texto defendendo que discussões sobre questões teórico-metodológicas podem impulsionar avanços qualitativos nas pesquisas sobre políticas educacionais.

A segunda parte do livro é dedicada às investigações realizadas no campo das políticas educacionais e curriculares. O texto inicial, de autoria dos pesquisadores Meg Maguire e Stephen J. Ball intitula-se "Discursos da reforma educacional no Reino Unido e nos Estados Unidos e o trabalho dos professores", o qual aborda 'problemas' similares apresentados na reforma educacional dos Estados Unidos e do Reino Unido, com diferenças parciais nas soluções propostas nos dois cenários.

Neste capítulo, os autores salientam a forma como a mudança política, as reformas e as reestruturações têm sido reconfiguradas discursivamente, dando destaque à forma como o professor tem sido "posicionado e construído nas recentes políticas reformistas" (p. 177). Ao buscar analisar as diferenças que caracterizam tais reformas, os autores frisam que, dentre as principais modificações que vem ocorrendo na educação estadunidense, a condição do diretor ocupa lugar central, por alterar a tônica administrativa e acentuar a ênfase no papel 'líder transformador'.

Para os autores, nos Estados Unidos, a reestruturação concebe o papel do diretor como sendo um facilitador, ou seja, deve dividir o trabalho e o poder. Já no Reino Unido, há um estilo mais diretivo de gestão, uma maior estratificação entre os profissionais da escola,

com reivindicações distintas de propósitos. A lógica norte-americana baseia-se no envolvimento dos professores no processo decisório e no Reino Unido a participação dos professores é negligenciada, concorrendo para a afirmação de que “nos Estados Unidos, os professores são reformadores, no Reino Unido eles *são reformados*” (p.179).

Objetivando identificar as diferenças discursivas significativas entre as reformas levadas a efeito no Reino Unido e nos Estados Unidos, Maguire e Ball evidenciam contrastes existentes entre os discursos das reformas, nos quais o papel e o propósito dos professores estão sendo diferentemente posicionados. Salientam que na reforma estadunidense, a escola e o professor são considerados participantes ativos da reestruturação (p.186), enquanto que no Reino Unido há uma tendência a culpabilização dos professores pelo fracasso escolar.

Os autores discorrem ainda sobre a possível vinculação entre as questões políticas e econômicas e consideram que no Reino Unido, as reformas assemelham-se ao modelo fordista de produção, no qual as relações são hierarquizadas. Já as reformas estadunidenses aproximam-se a um modelo pós-fordista, que comporta a noção de um trabalhador multi-habilitado, capaz de resolver problemas, com relações de poder mais horizontalizadas.

O oitavo capítulo, intitulado “Do modelo de gestão do ‘bem-estar social’ ao ‘novo gerencialismo’: mudanças discursivas sobre gestão escolar no mercado educacional” é de autoria por Sharon Gewirtz e Stephen Ball. Com base em dados obtidos em uma pesquisa realizada ao longo de dois anos, em quatro escolas, os autores buscaram analisar mudanças na prática escolar decorrentes de um modelo de gestão mercadológico. Discorrem sobre a mercantilização da oferta educacional, situando o caso da Escola Beatrice Webb, uma das instituições pesquisadas e que segundo os autores, comporta alguns dos impactos das políticas do novo gerencialismo no ambiente escolar. Gerwitz e Ball analisam as consequências da troca do diretor ocorrida no período de realização da pesquisa, identificando as tendências das ideias de Bem-Estar social em que a diretora se incluía e as perspectivas gerencialistas do segundo diretor, apontando a forma como essa mudança afetou a escola.

Os autores elegem duas categorias como ferramentas para análise dos discursos sobre a gestão escolar: o bem-estar social e o novo gerencialismo. Descrevem esses dois conceitos articulando-os às implicações das práticas de trabalho, os métodos organizacionais, as relações sociais e, principalmente os valores de escolarização considerados no discurso da gestão. Asseveram que as mudanças culturais e de valores emergem nas escolas a partir das mudanças discursivas da gestão. Os autores afirmam ainda que ‘práticas embutidas e persuadidas pela substituição de um discurso dominante (Bem-estar social) por outro (gerencialismo) são mediadas e moduladas por um conjunto de fatores locais, estruturais e individuais’ (p. 219). Concluem enfatizando a importância de considerar a variedade de discursos mistos e recontextualizados e a abertura a novas possibilidades discursivas.

No nono capítulo, Shiroma, Garcia e Campos, no artigo Conversão das ‘almas’ pela liturgia das palavras: uma análise do discurso do movimento Todos pela Educação, buscam compreender a relação global local no processo de produção de políticas. Analisam o documento Todos pela Educação: rumo a 2022, relacionando-o com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), confrontando-os com questões mais amplas que permeiam as reformas educacionais.

Os pesquisadores inspiram-se em Bowe, Ball e Gold (1992) e Fairclough (2001), respectivamente, para realizarem a análise com vistas a compreenderem o processo de produção das políticas e as articulações entre níveis macro e micro de análise de políticas, bem como, a intertextualidade. Antecedem a análise com a descrição de uma trajetória histórica, pontuando que, a partir de 1990, o empresariado passa a figurar mais efetivamente no cenário

educacional, tendo em vista a apresentação de documentos e a realização de fóruns por órgãos empresariais, como iniciativas de tornar a educação mais eficaz.

Os autores avaliam que o documento Todos pela Educação: rumo a 2022 constitui a “expressão do pacto social que tem na educação a principal estratégia de produzir uma mudança cultural na relação Estado-sociedade civil e como síntese do pensamento hegemônico do empresariado sobre como deve ser organizada a vida social” (p.244). Consideram que tal declaração escrita não se trata apenas de um documento isolado, mas de um movimento que tenta criar novos valores para o campo educacional.

Finalizando a coletânea, Lopes e Macedo são as autoras do último capítulo do livro, com o artigo Contribuições de Stephen Ball para o estudo de políticas de currículo. As pesquisadoras tecem considerações acerca dos principais trabalhos desenvolvidos por Stephen Ball no campo da Sociologia da Educação, culminando com os estudos atuais voltados para a chamada sociologia das políticas. Apresentam as contribuições do autor alusivas aos aportes pós-estruturalistas, cujos princípios contemplam múltiplos contextos e atores sociais e a partir da apropriação de tais ideias Ball analisa processos políticos e seus efeitos, delineando-se, nessa vertente, a sua contribuição ao campo do currículo.

As autoras consideram potentes os estudos de Ball para análise do campo curricular, tendo em vista que este autor valoriza as recontextualizações como inerentes aos processos de circulação de textos, buscando associar a ação de múltiplos contextos, identificando as relações entre processos de reprodução, reinterpretação, resistência e mudança nos mais diferentes níveis de produção de políticas, além de incorporar dimensões do hibridismo ao entendimento das políticas, aprofundar as relações global-local e desenvolver a abordagem do ciclo de políticas (p.253).

Lopes e Macedo discorrem sobre a abordagem do ciclo de políticas, destacando a sua importância para análise das políticas curriculares, afirmando que a relação entre os contextos é fundamental para a percepção de que há um ciclo contínuo e não hierarquizado, apesar de fazerem ponderações acerca do contexto de influência.

As autoras destacam ainda a noção de política como texto e como discurso, defendida por Ball e consideram que uma das maiores contribuições do referido autor para o estudo das políticas curriculares refere-se aos processos de negociação entre os sujeitos, sendo importante para Ball haver um “espaço para reinterpretações dos sujeitos” (275). As autoras consideram necessário, a partir desse ensinamento de Ball, ampliar o entendimento da noção de negociação, assumindo-a como articulação hegemônica.

Concluindo essa resenha, ressalto que a leitura atenciosa dos textos autoriza-me considerar a relevância desta obra para o campo das pesquisas em políticas educacionais e curriculares. O enfrentamento de questões enfáticas apresentadas por cada autor permite uma discussão ampla e aprofundada acerca das ideias e concepções defendidas, dando origem a novos posicionamentos.

Numa abordagem sofisticada, mas com linguagem clara, portanto de fácil compreensão, os textos que compõem a obra têm o mérito de ancorar o desenvolvimento de uma análise profunda acerca das políticas educacionais e curriculares. Dilemas cruciais são analisados com *know-how*, possibilitando a importante e necessária reflexão acerca de temas da atualidade no contexto de reformas.

Questões teóricas atuais subsidiam a contribuição dos autores que, com diferentes posicionamentos, interpretam de maneira refinada e elegante a temática em apreço. Tem destaque a referência ao autor clássico da perspectiva pós-estruturalista Stephen Ball, que tem

tentado, com sucesso, elaborar um arcabouço teórico para a análise das políticas educacionais e curriculares.

A obra apresenta-se como leitura indispensável para pesquisadores da área, professores das disciplinas Currículo, estudantes de Pós-Graduação e de Graduação. Sua leitura será certamente enriquecedora para reflexões e análises. As referências e interpelações consideradas nos textos provocam novos questionamentos, podendo instigar o desenvolvimento de outros estudos acerca da análise de propostas curriculares e da necessária reflexão sobre as práticas escolares.

Concluindo, realço a proposta que os autores reiteram ao longo do livro, no sentido de reforçar a importância da realização de novas pesquisas, como forma de avançar no entendimento do processo de produção de políticas. Por fim, destaco a qualidade dos textos e recomendo enfaticamente o livro por possibilitar um entendimento mais profundo sobre a análise das políticas educacionais e curriculares.